

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p596>

**CONKLIN, Alice L. 2015. *Exposer l'humanité. Race, ethnologie et empire en France (1850-1950)*. Trad. Agathe Larcher-Goscha. Paris: Publications Scientifiques du Muséum National d'Histoire Naturelle. 541 pp., ilustr.**

---

### Luis Felipe Sobral

Pós-doutorando em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP), SP, Brasil e bolsista da Fapesp.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4380-3420>

No livro em questão, a historiadora americana Alice L. Conklin, especialista em imperialismo francês, debruça-se sobre a história do Museu do Homem, que não pode ser plenamente compreendida se apartada do debate racial do qual fez parte, ocupando uma posição de destaque. Publicado originalmente em inglês,<sup>1</sup> tal livro ganha agora uma versão francesa. O ponto de partida da autora é a identificação de uma discrepância crucial quanto ao estatuto da abordagem biológica no estudo e na classificação das raças humanas na França: se, nos anos 1930, ela gozava de uma legitimidade plena, na década seguinte um grupo de etnólogos franceses associados à importante campanha antirracista da UNESCO, entre os quais Claude Lévi-Strauss, denunciaram incisivamente os perigos políticos que ela implica. "Qual foi o contexto para essa mudança dramática? Como exatamente os antropólogos pensaram a diferença racial e sociocultural no ápice do imperialismo francês dos anos 1920 e 1930, e como a experiência de derrota da França durante a Segunda Guerra Mundial mudou suas visões?"<sup>2</sup> O epicentro desse problema foi justamente o Museu do Homem, mas ele antecede a existência dessa instituição fundada

em 1937; portanto, no intuito de responder às indagações formuladas, Conklin reconstrói o debate racial na França em sete capítulos precedidos de uma introdução, seguidos de um epílogo e repletos de ilustrações, bem mais numerosas do que na edição americana original.

Tal debate remonta à emergência, em meados do século XIX, do ambicioso projeto de uma antropologia geral dedicada ao estudo de todos os aspectos (biológico, linguístico, civilizacional) da espécie humana. Devido à falta de um consenso epistemológico e à presença de divergências ideológicas, esse projeto jamais foi realizado plenamente, ainda que dois grupos de estudiosos tenham lhe dedicado seus esforços. O primeiro deles situava-se em torno da Escola de Antropologia fundada por Paul Broca; apesar de visar à pesquisa de todas as dimensões da humanidade, este grupo focava-se de fato na antropometria, na ciência racial – denominada então *ethnologie*, porém chamada de *raciologie* por Conklin, que assim segue a convenção historiográfica para evitar uma confusão com a etnologia das primeiras décadas do século XX – e na antropologia física em geral. Broca foi responsável pela elaboração de uma doutrina racial que obteve um amplo reconhecimento científico; devido ao determinismo biológico que a orientava, ele procurou afastá-la do debate político, contornando assim possíveis polêmicas em uma conjuntura marcada pela hegemonia da aliança entre a Igreja Católica e o Segundo Império. Após seu falecimento, em 1880, seus colegas buscaram, porém, aplicá-la como uma política social que visava reverter o que consideravam traços raciais inferiores.

Ao contrário do círculo de Broca, o foco do outro grupo era realmente a antropologia geral, estudando a paleoantropologia, a ciência racial, os artefatos etnográficos e os costumes das

civilizações primitivas. Ele se centrava no rival de Broca, Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau, que então ocupava a primeira cadeira francesa de antropologia, estabelecida em 1856 no Museu Nacional de História Natural (MNHN). Vinculado a essa cadeira, foi criado em 1878 o Museu de Etnografia do Trocadéro, o primeiro do gênero na França; Ernest-Théodore Hamy, assistente de Quatrefages, foi incumbido de sua direção. Todavia, apesar do escopo analítico mais amplo deste segundo grupo, nas últimas décadas do Oitocentos sedimentou-se entre muitos antropólogos o estudo de traços culturais e sociais segundo critérios raciais.

Na virada do século, conforme a antropologia se estabelecia na universidade, essa orientação racial não foi abandonada, apesar da crítica contundente dirigida à sua vertente racista não somente pelos durkheimianos, como bem se sabe, mas também por vários estudiosos reconhecidos da antropologia física. Aqui reside uma das mais importantes contribuições do livro, pois Conklin não se contenta em examinar as figuras que ainda gozam de um destaque duradouro; pelo contrário, ela povoa de fato o mundo intelectual sob análise de personagens bem menos conhecidos. Dessa maneira, a antropologia que retrospectivamente se reconhece não emergiu triunfante da sociologia durkheimiana sob o triunvirato de Marcel Mauss, Paul Rivet e Lucien Lévy-Bruhl; na verdade, ela enfrentou diversos impasses e concorrentes, incluindo a Escola de Antropologia de Broca e inúmeros intelectuais com posições muito divergentes, entre eles George Montandon.

Nascido em 1879 na Suíça, Montandon formou-se em medicina, mas após alguns anos de prática passou a se dedicar ao que considerava suas verdadeiras paixões, ou seja, a exploração,

a literatura, a etnografia descritiva e a ciência racial. Seguindo seu rastro, a autora afirma que os poucos artigos que ele publicou no final da Primeira Guerra "sugerem que ele já nutria não apenas tendências antissemitas extremas, mas também fantasias sobre a existência de uma raça mestra pura inspirada por sua leitura de Gobineau" (:92). Logo após a guerra, ele viajou para a Sibéria a serviço da Cruz Vermelha, casando-se com uma enfermeira russa que o converteu ao comunismo; tal filiação política teria em seguida obstruído suas chances de obter a cadeira de etnografia na Universidade de Neuchâtel, antes ocupada por Arnold Van Gennep.

Fechada essa possibilidade em seu país natal, ele decidiu em 1926 abandonar as discussões políticas e instalar-se com a família em Paris, onde deu continuidade à carreira antropológica, obtendo um posto no instituto de Broca e frequentando as reuniões do Instituto Francês de Antropologia, a sociedade que Mauss e Rivet fundaram em 1911 no intuito de promover a etnologia como uma ciência sintética, ultrapassando assim o imenso acúmulo de dados. Data desse período a rivalidade entre Montandon e Rivet, que se acirrou conforme a polarização política se acentuou nos anos 1930. Quando o Museu do Homem foi inaugurado, em 1937, Montandon criticou a museografia empregada, acusando-a de esconder os fatos raciais através da dispersão da coleção osteológica e de sua obliteração por um grande número de objetos culturais. A ciência racial fundava-se na autonomia epistemológica dos dados anatômicos, estudados através da serialização exaustiva de ossos e das mínimas variações identificadas; ao justapor crânios e artefatos etnográficos, o novo museu negava precisamente tal autonomia.

Todavia, a crítica de Montandon foi citada na bibliografia do *Journal de la Société des Africanistes* e sua teoria da hologênese, segundo a qual as civilizações, tal como as raças, não nasceriam puras, mas assim se tornariam ao longo do tempo, foi aceita como um trabalho científico legítimo por seus pares, ainda que estes não deixassem de expressar ceticismo a seu respeito. "Comparado aos racistas pseudocientíficos que agora promoviam tais noções como a antiga pureza da raça ariana", escreve a autora, "Montandon parecia se ater 'aos fatos'" (:178). Mas seu discurso logo se radicalizou, assumindo publicamente uma posição antissemita. Durante a Ocupação, ele colaborou assiduamente com Vichy, emitindo vários pareceres de identificação racial, e buscou se valer dessa posição para obter postos acadêmicos que naturalmente julgava lhe caberem, fazendo planos para refundar a antropologia e suas instituições segundo critérios racistas.

No livro em questão, Montandon não serve como um simples contraponto à etnologia mais familiar de Rivet; mostrando como o primeiro pôde mesmo ter efetivamente uma carreira intelectual, Conklin é obrigada a se voltar com novos olhos ao segundo e companhia. A despeito de ter conquistado com sucesso uma posição na universidade,

[...] seria um equívoco ver a etnologia nesse momento como uma disciplina dessembarçada das velhas tradições e dos conceitos estruturantes da etnografia francesa fundamentada no museu ou da antropologia física oitocentista, ou o corpo docente do Instituto de Etnologia tendo o campo profissional para si mesmo. Como o novo currículo do Instituto de Etnologia revelou, Mauss e Rivet continuaram a sancionar métodos de observação indiretos considerados efetivos (questionários, coleções de

artefatos e ossos) herdados de seus predecessores, junto à tarefa mais nova de preparar estudantes para pesquisar estruturas sociais *in situ*, imitando seus colegas estrangeiros (:97).

Não é fortuito, então, que o âmbito institucional de emergência dessa empreitada etnológica, cuja ascendência se reivindica até hoje como a boa tradição francesa, tenha sido triplo: não somente a universidade, com o Instituto de Etnologia, mas também a cadeira de antropologia do MNHN, dando acesso à direção do Trocadéro. Nesse sentido, a figura de destaque foi sem dúvida Rivet, cuja eleição para tal cadeira, em 1928, permitiu a renovação do combalido Trocadéro e, dez anos depois, sua demolição e substituição pelo Museu do Homem.<sup>3</sup> A despeito da liderança de Rivet em ambos os museus, eles se distinguem de várias maneiras; duas delas, em particular, merecem destaque. Primeiro, em 1936, diante de um panorama internacional marcado pela ascensão do fascismo, uma coalizão de esquerda, o Fronte Popular, chegou ao poder na França, estimulando Rivet, ele próprio um militante socialista, a politizar com mais ênfase a etnografia: assim, um dos principais objetivos do novo museu seria a educação das massas contra a ameaça fascista. Segundo, ao contrário do Trocadéro, que se restringia à exibição de artefatos etnográficos, o Museu do Homem, visando à apreensão completa da espécie humana, passou a expor a coleção osteológica proveniente do MNHN junto com objetos culturais, daí a crítica de Montandon.

A maior questão intelectual da carreira de Rivet implicava uma compreensão histórica da noção de raça: ele "procurou explicar como as raças modernas diferem dos ancestrais humanos, e como as raças pré-históricas ou fósseis tiveram primeiro que entrar em contato umas com as outras conforme elas se

disseminavam através do globo" (:157). Dessa maneira, a articulação entre dados raciais e socioculturais encontra-se no próprio fundamento de sua produção intelectual e, embora considerasse os primeiros menos confiáveis que os segundos, ele defendia uma abordagem solidária entre ambos. No entanto, era justamente esse grau de incerteza dos dados raciais que dava margem às especulações delirantes e sinistras das teorias racistas. Tudo se passa, portanto, como se à inclinação progressista que criticava a ciência racial, combatia o fascismo e ambicionava educar as massas se contrapusesse uma tendência retrógrada, incapaz de abrir mão da velha noção de raça, mesmo que esta não fosse pensada nos termos do determinismo biológico.

Ora, essas duas forças, progressista e retrógrada, não correspondiam a grupos intelectuais distintos, mas coexistiam no âmago mesmo de um dos mais avançados entre eles, precisamente o de Rivet e companhia. Esta mesma constatação revela-se verdadeira no que tange à relação entre a etnologia e o colonialismo. Conklin mostra como, em uma conjuntura de concorrência com os antropólogos físicos defensores do determinismo biológico, Rivet, Mauss e Lévy-Bruhl justificaram o projeto de uma etnologia sociocultural como um compromisso civilizador com as colônias francesas; no entanto, conforme iam a

campo na década de 1930, seus alunos começaram a registrar e a analisar o impacto brutal do colonialismo, embora sem exatamente condená-lo. Todas essas contradições da relação entre ciência e política alcançaram seu auge durante a Ocupação, com a formação da rede de resistência do Museu do Homem, a deportação e a execução de vários de seus membros, a partida de Rivet para o exílio na Colômbia, a penúria de Mauss e, sobretudo no que se refere à explicação da discrepância da qual a autora partiu, o uso político particularmente perverso que foi feito do conhecimento etnológico, suscitando afinal o subsequente posicionamento de vários etnólogos contra o debate racial em termos biológicos.

Dessa maneira, o livro de Conklin não é exatamente um estudo institucional do Museu do Homem, apesar de contemplar em grande medida tal aspecto. Nesse sentido, o título de sua tradução francesa parece mais adequado do que o do original: afinal, trata-se mais de reconstruir o debate político sobre a classificação racial na França do que examinar exaustivamente a história desse museu. Analisando com rigor esse debate, a autora não apenas lança uma nova luz sobre a história da etnologia francesa, mas também demonstra como a relação entre ciência e política deve ser pensada de forma cuidadosa, sob pena de consequências desastrosas.

## Notas

- 1 Cf. Alice L. Conklin. 2013. *In the Museum of Man. Race, Anthropology, and Empire in France, 1850-1950*. Ithaca: Cornell University Press.
- 2 Todas as traduções são minhas e toam por referência a versão original.
- 3 Sobre esses dez últimos anos do Trocadéro, ver o notável Delpuech, Laurière & Peltier-Caroff (2017), assim como a resenha que lhe dediquei: Sobral (2018).

## Referências

- CONKLIN, Alice L. 2015. *Exposer l'humanité. Race, ethnologie et empire en France (1850-1950)*. Trad. Agathe Larcher-Goscha. Paris: Publications Scientifiques du Muséum National d'Histoire Naturelle. 541 pp., ilustr.
- DELPUECH, André, LAURIÈRE, Christine & PELTIER-CAROFF, Carine (org.). 2017. *Les Années folles de l'ethnographie. Trocadéro. 1928-1937*. Paris: Publications Scientifiques du Muséum Nationale d'Histoire naturelle.
- SOBRAL, Luís Felipe. 2018. "Compte rendu des *Années folles de l'ethnographie*". *L'Homme. Revue Française d'Anthropologie*, 227-228:267-269.